

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20 DE AGOSTO DE 2007**-----

-----Aos vinte dias do mês de Agosto de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Batista, José Carlos da Silva e Victor Manuel Petulante Pedro.-----

-----Este último autarca substitui o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, cuja falta foi considerada justificada.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Neste período usaram da palavra:-----

-----Sr^a Vereadora Manuela Cunha que perguntou porque está parada, sem razão aparente, a arqueologia preventiva no centro da cidade; e por que razão ainda não teve resposta às questões por si levantadas quanto às águas, à ETAR e `sobre Benfica do Ribatejo.-----

-----Disse ainda a mesma autarca que pretende informação de quantas entidades adquiriram o Programa de Concurso e Caderno de Encargos, respeitantes ao concurso do Centro de Enchidos.-----

-----Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário que disse:-----

-----Continua sem resposta o seu requerimento sobre os Transportes Escolares, em relação a cujo assunto o Sr. Presidente comunicou que mandou instaurar um inquérito e de que quer saber resultados e iniciativas tomadas com vista à autarquia ser ressarcida dos prejuízos causados.-----

-----A empresa contratada para prestação de serviços de higiene,

saúde e segurança no trabalho, Martins & Reis, Lda, à altura do concurso não estava creditada oficialmente e perguntou se já está ultrapassada a situação.-----

-----O Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro respondeu que não sabe se, neste momento a empresa já detém a creditação, porém, a informação do Instituto que tutela a área informou que, por não conseguir dar resposta a todos os pedidos que lhe foram apresentados, as empresas que tivessem os seus pedidos de licenciamento em análise poderiam exercer a actividade.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha respondeu que isso foi há um ano.-----

-----O mesmo Vereador Francisco Maurício disse que teve conhecimento pelo jornal o Almeirinese de um projecto da COMPAL para aumento das suas instalações de Almeirim e pretende informação de quais são os contornos e o que está em jogo, acrescentando que gostaria de ter sido informado deste projecto.

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse subscrever as palavras do seu par.-----

-----O mencionado interveniente, dirigindo-se ao Sr. Vice-Presidente, disse que devia lamentar, enquanto Vice-Presidente, que não tenha conhecimento do projecto. Mas é o que a casa gasta.-----

-----Referiu ainda o Sr. Vereador Francisco Maurício que, em entrevista ao Almeirinese, o Sr. Dr. Gonçalves Isabelinha deixou o lamento que a placa toponímica que o homenageia e indicava a sua figura de benemérito foi substituída por outra só com o seu nome, pelo que propõe que seja reposta a placa indicativa daquela condição. E perguntou se àquele benemérito almeirinese já foi prestada alguma homenagem pública e, no caso de não o ter sido, recomenda que lhe seja conferida uma distinção adequada.-----

-----O Sr. Vice-Presidente informou que vai veicular as questões ao Sr. Presidente, com vista a fornecer as respostas.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----O Sr. Vice-Presidente propos a inclusão na Ordem de Trabalhos do ponto respeitante a Expediente Geral, que por lapso não consta da mesma, o que foi aceite por unanimidade.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - A Câmara deliberou não exercer o direito de preferência na venda que Luís Manuel Melro Leandro vai fazer da fracção autónoma correspondente ao primeiro andar direito do prédio sito na Rua Vinha do Santíssimo, número três, em Almeirim.-----

-----ZONA DE SERVIÇOS DE PAÇOS DOS NEGROS - Foi presente o requerimento de Carpinpaços - Carpintarias, Lda solicitando que lhe seja vendido o lote número trinta e dois da Zona de Serviços de Paço dos Negros, para ampliação das suas instalações.-----

-----A Câmara deliberou vender.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A requerimento das entidades mencionadas, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----Secção de Natação da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, para o primeiro Encontro Nacional S-Max - duzentos euros; Liga dos Amigos do Hospital de Santarém, para a residência temporária de doentes oncológicos e neurológicos - quinhentos euros; Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, para os festejos de elevação a vila - mil oitocentos e trinta euros; e Junta de Freguesia de Almeirim, para a construção de novos ossários no Cemitério - dois mil e oitocentos euros.-----

-----COMPRA DE HABITAÇÃO - Foi presente o processo referente à venda da habitação número doze do Bairro AMCOFA, de Fazendas de

Almeirim, completamente paga, de que foi promitente compradora Idalina dos Santos Serra Pereira, falecida na Alemanha conforme Assento de Óbito número três de dois mil e sete, passado pela Secção Consular da Embaixada de Portugal em Berlim, em catorze de Março de dois mil e sete. Foi apresentada escritura de habilitação de herdeiros lavrada no Cartório Notarial sito na Avenida D. João Primeiro, lote cento e trinta e nove, rés-do-chão, esquerdo, em Almeirim, da qual se extrai que são únicos herdeiros da promitente compradora seu marido Carlos Manuel de Jesus Pereira e a filha, Margarida de Jesus dos Santos Pereira.-

-----A Câmara deliberou, por maioria, celebrar a escritura de transmissão do mencionado fogo com os herdeiros atrás referidos.-----

-----Absteve-se a Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a comunicação interna do Gabinete de Acção Social que expõe a situação do agregado familiar de Maria Manuela Gil Bento da Rosa, moradora na Rua dos Açores, número sessenta e três, em Almeirim que, por motivo de doença grave e precária situação financeira, não dispõe de meios para remodelação da casa de banho, o que deverá ser assegurado pela autarquia e pela segurança social.-----

-----Comprovada a situação, a Câmara deliberou doar os materiais.-----

-----Presente ainda outra comunicação do mesmo Gabinete, relatando a situação do agregado familiar de Madalena Oliveira Mendes Rosário, que pede apoio para recuperação do telhado e adaptação de um quarto na sua residência na Rua dos Pirolitos, número dezoito, em Paço dos Negros.-----

-----O executivo deliberou informar que, perante os rendimentos da família, a autarquia não pode contemplar o pedido de apoio.--

-----**4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS - O Sr. Vice-Presidente distribuiu

pelos restantes autarcas cópias da proposta apresentada por ERA, Arqueologia, SA, com destino à realização de trabalhos arqueológicos em Almeirim, nomeadamente em contextos arqueológicos a afectar pelas obras em curso nas Ruas César Henriques e Almirante Reis, mediante o custo total de quatro mil novecentos e setenta e sete euros, mais IVA.-----

-----Às quinze horas e quarenta minutos entrou o Sr. Presidente da Câmara que assumiu a presidência dos trabalhos.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----AUDITOR EXTERNO - O Sr. Presidente fez distribuir pelos restantes autarcas cópia da comunicação endereçada à Assembleia Municipal para cumprimento do número dois do Artigo quarenta e oito da Lei número dois de dois mil e sete, na qual identifica os cinco concorrentes ao concurso para selecção de auditor externo e que a melhor proposta foi apresentada por Martins Pereira e Associados, SROC.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que esta empresa é a mesma que é responsável pelas contas da ALDESC, EM, passa a ser responsável pelas da Câmara e é também a proposta para a Águas do Ribatejo. Não lhe parece bem, aplicando o velho axioma de que 'à mulher de César não lhe basta ser séria', pode dar azo a interpretações ínvias.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que podemos ficar com um juiz em causa própria, com a mesma entidade a fiscalizar todas as empresas em que a Câmara participa e que gostava de saber se, em termos da lei, isto é permitido.-----

-----ÁGUAS DO RIBATEJO, EIM - O Sr. Presidente apresentou a sua proposta, previamente distribuída, com vista a ser conferida autorização para participação do Município como accionista fundador de Águas do Ribatejo, EIM e transferência de gestão e

exploração integrada dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais a favor da mesma empresa.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha sugeriu o adiamento para a próxima reunião, pelas seguintes razões: 1^a - Porque recebeu a proposta pouco tempo de análise, devido ao estado das fotocópias, para além da falta de tempo próprio para estudo, já que estamos em tempo de férias, com as forças políticas ausentes. 2^a - Pelo facto do Município do Cartaxo ter posto uma providência cautelar a respeito dos fundos comunitários, que implica, se o Cartaxo vier a ter razão, que os pressupostos em que assenta a proposta estão errados e as obras aqui previstas não terão cobertura. 3^a - Não sabe se por lapso ou por vontade deliberada, não foi dado o Estudo de Viabilidade Económica, já que o entregue refere na introdução que tem por base o estudo anterior e os pressupostos do anterior se mantêm válidos. Não conhece, porque não foi entregue, o estudo anterior e é óbvio que este estudo parcial não traz resposta a muitas dúvidas. E sugeriu que fosse entregue o estudo anterior, da responsabilidade da Gesengue.-----

-----O Sr. Presidente disse que se a maioria dos membros do executivo propuser o adiamento, terá que aceitar. Se for apenas um Vereador, considerando a maioria que os elementos fornecidos são suficientes, passará à votação, até porque algumas Câmaras já resolveram este assunto, nos órgãos executivo e deliberativo. Quanto à providência cautelar do Cartaxo a respeito da partição dos fundos comunitários, no momento presente os municípios têm de deliberar segundo os documentos que dispõem, não podem depender de resoluções futuras para impedir os trabalhos no presente, considerando que só há inconvenientes em adiar a deliberação.-----

-----O Sr. Vereador Victor Pedro interveio nos seguintes termos:-----

-----«A Câmara Municipal de Almeirim apresenta hoje, nesta sessão de Câmara, a proposta para a constituição da Empresa Águas do Ribatejo- EIM mas, convém referir que se desconhece, em

concreto, qual o valor do capital social da empresa e, consequentemente, a participação do Município de Almeirim nesse mesmo capital:-----

Segundo o artigo sétimo dos Estatutos da Águas do Ribatejo, EIM, o capital social é de cinco milhões quatrocentos e dez mil duzentos e vinte e nove euros, dividindo-se em cinco milhões quatrocentos e dez mil duzentos e vinte e nove acções no valor nominal de um euro cada uma, não sendo referido qual a participação do Município de Almeirim;-----

-----Por outro lado, o Contrato de Sociedade, na sua cláusula primeira, refere que o capital social da empresa é de cinco milhões quatrocentos e dez mil duzentos e noventa e nove euros, sendo a participação do Município de Almeirim de um milhão sessenta e um mil oitocentos e noventa e três euros;-----

-----O Estudo de Viabilidade Económica refere que o capital social "aportado no primeiro ano de projecto corresponde a entradas em espécie por parte dos municípios" e é de cinco mil quatrocentos e dez euros, não sendo referida a participação dos municípios;-----

-----O Relatório do Revisor Oficial de Contas refere que o capital social da sociedade é de cinco milhões quatrocentos e vinte e cinco mil trezentos e sete euros e catorze cêntimos, a realizar mediante a entrada de cinco milhões quatrocentos e dez mil duzentos e noventa e oito euros e quarenta e oito cêntimos em espécie e quinze mil e oito euros e sessenta e seis cêntimos em dinheiro. É referido que a participação do Município de Almeirim, no capital, é de um milhão e sessenta e um mil oitocentos e noventa e dois euros e oitenta e seis cêntimos.-----

-----Destes pressupostos, desconhece-se qual o verdadeiro valor do capital, qual a participação do Município de Almeirim, qual o valor nominal de cada acção e, havendo um accionista que realize uma entrada em dinheiro, quem é esse accionista, Sendo o capital diferente de cinco milhões quatrocentos e dez milhares de euros, torna-se importante a reformulação do estudo que aponta este valor como capital social inicial.-----

-----Sem o cabal esclarecimento destas incongruências, o PSD considera não existirem condições para a votação da presente proposta nesta sessão".-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que o adiamento não lhe parece uma medida eficaz porque a solução em apreço foi assumida pelos Presidentes das Câmaras e a discussão da partição das verbas será feita em devido tempo. E acrescentou que está em condições de votar.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que se é para debater, tem esclarecimentos a pedir, concretamente:-----

-----«A providência cautelar do Cartaxo, bem como a de Santarém, se a meter, incide sobre o direito a parte dos fundos comunitários e esta proposta assenta no pressuposto que os fundos comunitários todos estão previstos para as Águas do Ribatejo e, se lhes for dada razão, os fundos não serão todos para aqui. Este projecto está a contar com o ovo no cu da galinha. Quando o Sr. Presidente diz que não há base legal para considerar a providência cautelar, acho que não deve haver pressa. Até ontem a Assembleia Municipal de Benavente não tinha reunido para aprovar idêntica proposta, nem vai haver nenhuma reunião antes de Setembro. Em relação ao que foi dito pelo Vereador Francisco Maurício, acrescenta que os Presidentes de Câmaras quando se comprometem têm de ter em conta que quem delibera é o executivo e a Assembleia Municipal e os compromissos antecipados valem o que valem. Temos todos o direito de nos serem explicados estes dados. Por exemplo, quanto ao tratamento de efluentes, a páginas vinte e quatro, pergunto se o Sr. Presidente pode dizer em que dados são baseados estes elementos.»-----

-----O Sr. Presidente respondeu negativamente.-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que, com o texto enviado há um mês, era pedido o levantamento das questões técnicas, a fim de serem respondidas pelos técnicos responsáveis.-----

-----A Sr^a Vereadora disse que deveria ser prevista a necessidade de explicações e que esta reunião deveria contar com

a presença dos técnicos.-----
-----O Sr. Vice-Presidente disse que talvez o mal tenha sido dar tanto tempo, porque se a lei fosse cumprida teriam sido dadas quarenta e oito horas.-----
-----A mesma Vereadora disse que os documentos lhe foram entregues em Agosto.-----
-----O Sr. Presidente respondeu que isso não é verdade: A Sr^a leu os documentos e havia duas folhas ilegíveis, pelo que a Sr^a devolveu o processo todo, para além de que só teve dois dias de interrupção desse prazo.-----
-----A autarca referida disse que não há nenhuma Câmara do país em que documentos deste género sejam postos à votação sem um prazo para estudo.-----
-----O Sr. Presidente perguntou se os Srs. Vereadores estão em condições de votar, ao que, à excepção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, todos responderam afirmativamente.-----
-----Submetida a votação a proposta acima referida, verificaram-se os votos a favor do Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Vereadores Joana Batista e José Carlos da Silva; e os votos contra dos Srs. Vereadores Francisco Maurício do Rosário, Victor Pedro e Manuela Cunha.-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que considera, mais uma vez, esta atitude lamentável e, dirigindo-se à maioria socialista disse que «os Srs. governam em golpe de estado, nem o Governo governa assim.»-----
-----A mesma Sr^a Vereadora justificou assim o seu voto:-----
-----«Voto contra e faço voto de vencido à autorização para o Município de Almeirim participar como accionista fundador da empresa Águas do Ribatejo, EIM e transferência de gestão e exploração dos sistemas integrados de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais do Concelho, assim como todos os documentos aqui apresentados, Estatutos, Contrato de Gestão e Estudo de Viabilidade Económica, pelo facto de não ter sido adiada esta votação, tal como pedi, e não ter havido um debate prévio deste executivo com os autores do estudo, no sentido de

nos esclarecerem em relação às inúmeras dúvidas que é legítimo ter, face ao Estudo de Viabilidade Económica apresentado, sobretudo o facto que este Estudo conta com a totalidade dos fundos comunitários, o que pode vir a não acontecer.-----

-----Voto ainda contra por considerar que esta proposta não difere, nas questões essenciais, da anterior, apresentada no mandato passado e com a qual eu e restantes eleitos da CDU discordamos, por considerarmos lesiva para o Concelho e para os seus munícipes. Tanto a anterior proposta como esta agora, não visam garantir uma gestão pública da água nem têm em conta que a água é um recurso essencial da vida, cuja gestão deve sempre ser sustentada numa visão social, ambiental e de desenvolvimento sustentável, que atente ao longo prazo e possível escassez do recurso.-----

-----Esta nova proposta embrulha mais o objectivo final mas não o muda. Como diz o povo, estamos perante um gato escondido com o rabo de fora. Mas as questões fundamentais da discordância dos eleitos da CDU no anterior mandato mantêm-se e são elas:-----

-----O quadro está criado e as portas abertas para que os Municípios fundadores desta empresa venham a perder o controle da gestão da empresa, contrariando o que é afirmado quando se dá a entender que esse controlo é garantido através da posição no capital superior a cinquenta e um por cento. E que até esses cinquenta e um por cento os Municípios podem vir a perder porque os Estatutos preveem a possibilidade de transmissão de acções a outras entidades, desde que de natureza pública. Isto pode levar-nos a um cenário em que alguns Municípios, cedendo as suas acções à Águas de Portugal, entidade pública, ficam de facto com uma minoria do capital e peso nas decisões.-----

-----A porta está escancarada para os privados. Os responsáveis políticos eleitos directamente pelos cidadãos continuam, segundo esta proposta, a perder as suas competências, assim como as forças políticas que representam, para controlar, interferir e influenciar as decisões da empresa, isto, através da delegação de competências. Por exemplo, as competências em matéria tão

sensível para o cidadão como o tarifário: as tarifas, todas elas, vão aumentar. Os custos para o Município de Almeirim e outros relativos ao seu consumo de água pública são novamente omitidos no Estudo de Viabilidade Económica. A empresa não tem nenhuma razão para incentivar à poupança de água, seria contrário à filosofia lucrativista.-----

-----O meu voto de vencido deve-se ainda às seguintes questões:-

-----1º - À data escolhida para trazer matéria tão delicada, que merece uma maior atenção. Tal como na proposta anterior, a coincidência com o período de férias (no mandato passado veio nas vésperas de Natal) não me parece fruto do acaso e deixa transparecer a esperança desta questão passar, neste período de férias, à margem dos cidadãos.-----

-----2º - O dito Estudo de Viabilidade Económica que nos foi apresentado não apresenta números e dados que permitam sustentar as conclusões e números que aponta. Cita logo na introdução outro Estudo sobre o qual sustenta os seus pressupostos, não entregue, refere anexos que não estão devidamente identificados e não permite uma compreensão do que apresenta.-----

-----3º - Voto ainda contra e faço voto de vencido por considerar de duvidosa legalidade e de grande imoralidade política a delegação de poderes por quarenta anos. De duvidosa legalidade porque, segundo muitos juristas, a delegação de poderes é algo pessoal e que não se pode exercer sobre algo que não possuímos. Nenhum dos eleitos, da Câmara e da Assembleia Municipal, tem poderes para além do mandato conferido pelos cidadãos, do qual só resta já perto de dois anos.-----

-----Por todas estas razões e pelas dúvidas todas que ficam relativamente aos documentos entregues, pela gravidade que parece consubstanciar, votei contra e fiz voto de vencido.-----

-----Um exemplo duma dúvida não esclarecida: Os contratos de gestão a que se referem as alíneas quatro e cinco da Cláusula três, no que diz respeito às competências em termos de reequilíbrio económico e financeiro da exploração. Da leitura que faço destas duas alíneas desta Cláusula do Contrato de

Gestão, ou há engano da redacção ou não consigo compreender quem vai ressarcir quem, e essa é uma dúvida mais que legítima para ter vindo aqui alguém para esclarece-la.»-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício leu a sua declaração de voto, do seguinte teor:-----

-----«Em consciência e na mais intransigente defesa da população do nosso Concelho, voto contra e faço voto de vencido pelos motivos de seguida aduzidos:-----

-----1) É evidente o empobrecimento e o esvaziamento progressivo deste projecto que, põe em causa a continuidade da CULT e da sua Junta que não soube cumprir o seu papel principal, manter a coesão entre todos os onze os municípios que a constituem e em conjunto saber encontrar a melhor solução técnica e financeira. Noto que este projecto consagra a separação prática e pouco salutar entre as Câmaras a Norte e a Sul do Tejo.-----

-----2) Não é admissível utilizar, levianamente, um projecto de tanta importância para a nossa região e para o nosso Concelho para sustentar a precária continuidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim - por interesses exclusivamente particulares - na Presidência da CULT - Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo.-----

-----3) Interrogo-me quanto à **razão política e estratégica** para a opção por **uma empresa intermunicipal**, quando todos sabemos que a "aposta" mais "acertada" e que melhor defende o interesse público municipal, isto é o interesse dos cidadãos seria uma **parceria público - privada** (detentores de estruturas técnicas de gestão competentes) que são "estimuladas" e apoiadas e permite aos Municípios desenvolver todos os investimentos projectados e ainda ser recebedores de uma renda pela utilização dos bens públicos concessionados.-----

-----**As parcerias público privadas** concretizam-se em contratos de gestão, contratos de prestação de serviços e contratos de colaboração, mas a figura privilegiada é claramente o contrato de gestão, que constitui a "matriz dos instrumentos contratuais para o estabelecimento das parcerias, pelo que os restantes

meios de as concretizar o têm por modelo". Na medida em que, através dele, a autarquia associa-se a privados para a prossecução do serviço público municipal - o contrato de gestão reveste, assim, a natureza de verdadeiro contrato de concessão de serviço público municipal ". Este, tem por finalidade "ajudar a encontrar os instrumentos adequados", em cada autarquia, de modo a prosseguir os seus objectivos essenciais - melhoria significativa dos serviços públicos municipais.-----

-----4) Não foi feito o **estudo/diagnóstico da situação actual** o que origina uma completa ausência de estratégia e planeamento acertado em relação à prioridade dos projectos a levar a cabo.--

-----a) Levantamento do sistema de abastecimento de água-----
-----. Qual a situação dos furos que fornecem a água ao Município? São suficientes? Manutenção? Recuperação? Abertura de mais furos?-----

-----. Situação actual da rede principal-----

-----b) Levantamento da situação actual do sistema de fornecimento-----

-----. Diagnóstico de toda a rede do Concelho (aumento, recuperação, substituição e manutenção)-----

-----c) Levantamento do sistema de saneamento-----
-----. Qual a situação real da rede de esgotos? (Manutenção, recuperação ou expansão)-----

-----. Situação das ETAR`s-----

-----5) **Não são indicados os projectos a ser financiados e garantidos** pelo investimento que irão ser incluídos de modo a que a população de Almeirim não venha a ser um contribuinte líquido e **pagador dos interesses** dos outros Municípios? (Anote-se que de acordo com os dados fornecidos no "denominado estudo de viabilidade!!!!, os cidadãos de Almeirim irão pagar nos próximos dez anos mais de vinte e seis milhões de euros, nos próximos vinte anos mais de setenta milhões de euros e nos quarenta anos propostos no referido estudo **mais de duzentos e cinquenta e oito milhões de euros**, isto numa previsão anual de subida dos preços da água de apenas cinco por cento, Qual a

razão justificativa para se estar a exigir à população que suporte tão elevados custos?) **Quem vai suportar? Porque não se seguiu a estratégia de outros Municípios, nomeadamente Abrantes e Azambuja? Abrantes não só não tem encargos, vai realizar todos os investimentos necessários, como ainda é recebedora de uma renda pela concessão de trinta anos de mais de trinta e sete milhões de euros, isto é os outros recebem e nós em Almeirim pagamos!!!!**-----

-----6) **Onde vai ficar a sede da empresa?** Não deixa de ser de estranhar que seja proposto que a sede da empresa fique em Santarém? Isto é a Câmara de Santarém não faz parte da empresa mas beneficia não só com a sua localização como ainda vai receber os respectivos impostos, nomeadamente o valor da derrama. Como é isto possível? Será este o conceito de defesa do interesse Municipal?-----

-----7) **Como vai ser a estrutura do quadro de pessoal** e a que regras vai obedecer a estrutura organizacional?-----

-----8) **Onde está o acordo parassocial?** (documento essencial que estabelece as regras dos associados os seus direitos e deveres).-----

-----Os acordos parassociais constituem fundamentalmente contratos fora do âmbito de eficácia do contrato de sociedade, entre todos ou alguns sócios, entre sócios e terceiros, ou até entre sócios e a sociedade. **O seu objectivo é, entre outros, conferir estabilidade e unidade de direcção à vida da empresa,** defender posições de controlo, distribuir o poder entre maioria e minoria, criar os requisitos para a celebração de acordos com credores, definir a política de dividendos ou garantir lugares nos órgãos sociais da empresa.-----

-----**As matérias abrangidas** pelos acordos parassociais são bastante diversas, podendo respeitar a tudo aquilo que tenha conexão com o contrato de sociedade ou com os direitos e obrigações dos sócios.-----

-----Das diferenças existentes entre o contrato de sociedade e o acordo parassocial, destacamos as seguintes:-----

-----**Quanto à constituição**, o contrato de sociedade tem que obedecer aos requisitos de forma legalmente previstos, vigorando para o contrato parassocial o princípio da liberdade de forma.--

-----**Em relação à validade**, o contrato de sociedade tem regras especiais para aplicar, enquanto que o regime jurídico da invalidade dos acordos parassociais se encontra sujeito às normas gerais de direito civil sobre a invalidade dos negócios jurídicos. No que respeita à eficácia, a do **acordo parassocial é meramente obrigacional** ou pessoal, enquanto que o contrato de sociedade é eficaz perante terceiros.-----

-----A interpretação do contrato de sociedade deve realizar-se segundo um critério objectivo, enquanto que a interpretação de um acordo parassocial deve fazer-se de acordo com a regra geral aplicável aos negócios jurídicos (artigo 236º do código civil).-

-----**Quanto à modificabilidade**, o contrato de sociedade pode, em regra, ser alterado por vontade de uma maioria qualificada dos sócios, enquanto que para o acordo parassocial é **necessária a unanimidade**.-----

-----Concluindo, **os acordos parassociais permitem à Sociedade acautelar os seus interesses, garantindo o comprometimento dos sócios numa gestão fortemente empenhada para um bom desempenho.** Do ponto de vista dos sócios-empresários, constituem um contrato que permite definir de forma clara e precisa, todos os direitos e deveres respeitantes à sua relação com a Sociedade, e ainda definir em que circunstâncias se procederá à saída desta da sociedade participada.-----

-----9) **Sem análise SWOT como se pode tomar uma decisão?**-----

-----**A análise SWOT** é uma forma muito difundida de fazer o **diagnóstico estratégico** da empresa. O que se pretende é definir as relações existentes entre os **pontos fortes e fracos da empresa com as tendências mais importantes** que se verificam na envolvente global da empresa, seja ao nível do mercado global, do mercado específico, da conjuntura económica, das imposições legais, etc. O modelo SWOT é também conhecido como o modelo de Harvard, já que a sua metodologia se baseia no modelo de

Harvard.-----
-----SWOT é a junção das iniciais (em inglês) dos quatro elementos-chave desta análise estratégica. A saber:-----
-----**Pontos fortes** (Strenghts): vantagens internas da empresa em relação às empresas concorrentes -----
-----**Pontos fracos** (Weaknesses) -: desvantagens internas da empresa em relação às empresas concorrentes -----
-----**Oportunidades** (Opportunities) -: aspectos positivos da envolvente com o potencial de fazer crescer a vantagem competitiva da empresa-----
-----**Ameaças** (Threats) -: aspectos negativos da envolvente com o potencial de comprometer a vantagem competitiva da empresa.-----
-----Assim, a análise SWOT, ou seja a análise dos **pontos fortes e fracos da empresa, das oportunidades e das ameaças**, é um instrumento precioso para qualquer organização, e para a tomada de decisão. Permite-lhe fazer o ponto da situação, com o grau de profundidade que pretende e construir uma grelha para as decisões estratégicas a tomar, no presente e no futuro.-----
-----10) **Erro técnico no referido estudo:** a derrama já não é dez por cento, mas sim um e meio por cento, como se propõe a sede em Santarém, quer dizer que o valor da derrama será entregue à Câmara de Santarém.-----
-----11) **Ausência de estratégia para o nosso município:**-----
-----O peso do Município de Almeirim é de dezanove, vírgula, seis por cento a população e dezoito, vírgula um os alojamentos familiares, **no capital social inicial** esse peso percentual é de dezanove, vírgula seis por cento (relação com o número de população esperada. **Será que não deveria ser estabelecida com o número de alojamentos?**-----
-----No tocante às **fontes de financiamento** está previsto a entrada de oito milhões e quinhentos e noventa mil euros para **capital próprio** se a determinação da parte de responsabilidade do município de Almeirim for em relação ao capital social e não ao investimento previsto, **Almeirim irá suportar mais cerca de quatrocentos e vinte mil euros.**-----

-----**Está previsto um empréstimo de trinta e três, vírgula sete milhões de euros,** mais uma vez o critério de imputação é fundamental, pois se for em relação ao **capital social** e não ao **investimento previsto,** Almeirim vai ser prejudicado em **um, vírgula seiscentos e cinquenta milhões de euros.** O que tem uma enorme influência no cálculo do limite de endividamento líquido e do limite de empréstimos contraídos, prejudicando todo o futuro do nosso concelho. Como se vai realizar este empréstimo se há câmaras que já excedem esse limite? Quem vai suportar as diferenças? Como vai ser realizado o empréstimo se as câmaras já excederam o limite de endividamento?-----

-----12) **Aumentos do preço da água.** Se o projecto anterior das Águas do Ribatejo já iria ter um elevado impacto nos aumentos dos preços da água, do saneamento e respectivos serviços, em Almeirim os preços agora propostos agravam bastante mais essa situação, nomeadamente atingindo gravemente os mais necessitados e os reformados, isto é os de menos posses.-----

-----De acordo com um estudo para a revisão dos diversos tarifários existente na própria Câmara de Almeirim, os recibos de pagamento da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, relativamente ao valor da água consumida cerca de trinta e quatro por cento consome em média até cinco metros cúbicos de água, por mês e representam cerca de vinte e dois por cento dos contadores e contribuem apenas com catorze por cento das receitas, enquanto cerca de setenta e seis por cento consome, em média até quinze metros cúbicos, por mês e representam cerca de sessenta e oito por cento dos contadores existentes e contribuem com quarenta e sete por cento das receitas. Enquanto cerca de vinte e quatro por cento consome mais de dezasseis metros cúbicos, representa trinta e dois por cento dos contadores e contribui com cinquenta e três por cento do total das receitas.-

-----No denominado estudo de viabilidade para as Aguas do Ribatejo, sem incluir o tarifário dos resíduos sólidos os efeitos serão os seguintes:-----

-----.Os consumidores até **cinco metros cúbicos** de água aumento

previsível de cerca de **onze, vírgula, quarenta por cento**;-----
-----Os consumidores até **doze metros cúbicos** de água aumento
previsível de cerca de **vinte e dois, vírgula oitenta por cento**;-
-----Os consumidores até **quinze metros cúbicos** de água aumento
previsível de cerca de **trinta e cinco, vírgula, quatro por
cento**;-----
-----Os consumidores até **dezoito metros cúbicos** de água aumento
previsível de cerca de **vinte, vírgula, sessenta e cinco por
cento**;-----
-----Os consumidores até **trinta e cinco metros cúbicos** de água
aumento previsível de cerca de **seis, vírgula, quarenta e três
por cento**;-----
-----gerando um aumento médio, no caso da Câmara de Almeirim de
cerca de dezanove por cento, sendo que para os consumidores até
quinze metros cúbicos esse aumento médio proposto é de cerca de
vinte, vírgula, trinta por cento.-----
-----Considerando, no entanto não apenas a água consumida, mas
também **a taxa de resíduos sólidos e urbanos, que também tem que
ser suportada pelos cidadãos os efeitos previsíveis e propostos
neste estudo de viabilidade das Aguas do Ribatejo serão**:-----
-----Os consumidores até **cinco metros cúbicos** de água serão
aumentados em cerca de **cinquenta e sete, vírgula, trinta por
cento**;-----
-----Os consumidores até **doze metros cúbicos** de água serão
aumentados em cerca de **quarenta e oito, vírgula, dez por cento**;-
-----Os consumidores até **quinze metros cúbicos** de água serão
aumentados em cerca de **cinquenta e cinco, vírgula, noventa por
cento**;-----
-----Os consumidores até **dezoito metros cúbicos** de água serão
aumentados em cerca de **quarenta e cinco, vírgula, quarenta por
cento**;-----
-----Os consumidores até **trinta e cinco metros cúbicos** de água
serão aumentados em cerca de **vinte, vírgula, oitenta por cento**;-
-----gerando um aumento médio, no caso da Câmara de Almeirim de
cerca de **quarenta e nove, vírgula, trinta por cento**, sendo que

para os consumidores até quinze metros cúbicos esse aumento médio proposto é de cerca de **cinquenta e três, vírgula, oitenta por cento.**-----

-----Isto é, são precisamente os **consumidores médios de Almeirim** que irão suportar um custo bastante mais elevado, **entre os quarenta e oito e cinquenta e seis por cento?** Por outro lado não deixa de ser **"muito estranho"** que os **"consumidores mais pobres que tenham que pagar mais"**.-----

-----Situação que se agrava quando considerados os pensionistas que no Projecto Águas do Ribatejo " deixaram de ser apoiados, sendo proposto que " sofram os aumento seguintes:-----

-----Pensionista que consome até cinco metros cúbicos as Aguas do Ribatejo propõe um aumento de cinquenta e sete, vírgula, trinta por cento.-----

-----Pensionista que consome até doze metros cúbicos as Aguas do Ribatejo propõe um aumento de cento e três, vírgula, cinquenta por cento.-----

-----Pensionista que consome até doze metros cúbicos as Aguas do Ribatejo propõe um aumento de cento e quarenta e sete, vírgula, noventa por cento.-----

-----Voto, pois, contra e faço voto de vencido, porque o nosso compromisso assenta no que importa defender que são em exclusivo os interesses dos munícipes e do município de Almeirim, e não os interesses de ordem pessoal ou particular.-----

-----O modelo proposto não garante qualquer garantia de qualidade técnica e de gestão. Só a presença de um parceiro privado evitaria que 'tenhamos mais do mesmo'.-----

-----Do ponto de vista financeiro o modelo proposto é penalizador para a autarquia de Almeirim. Também aqui considero imprescindível a presença de um parceiro privado.-----

-----Não estão salvaguardados os investimentos no nosso Concelho.-----

-----Qualquer modificação do tarifário terá que ter uma atenção especial para os mais idosos, famílias de menores recursos e consumidores dos mais baixos escalões de água. No projecto que

aqui nos é apresentado nenhum destes pressuposto foi cumprido, pois os mais atingidos são precisamente os mais desfavorecidos, os reformados e os jovens.-----

-----**Um Socialista não pode de modo algum subscrever este projecto, por tudo isto a proposta de viabilidade do projecto ÀGUAS DO RIBATEJO é inviável e não pode ser aprovado.**»-----

-----Seguem-se a esta declaração diversos mapas demonstrativos do Impacto do Projecto, formação de Custos no Consumidor, Estatísticas, Capital e Entrada de Capital Social na Empresa, Empréstimo, Investimentos, Proveitos Operacionais para o próximo ano, Custos com Pessoal e Memorando.-----

-----O Sr. Vereador Victor Pedro leu a seguinte declaração de voto:-----

-----«A Câmara Municipal de Almeirim apresenta hoje, nesta sessão de Câmara, a proposta para a constituição da Empresa Águas do Ribatejo-EIM.-----

-----Em primeiro lugar, convém referir que se desconhece, em concreto, qual o valor do capital social da empresa e, consequentemente, a participação do Município de Almeirim nesse mesmo capital:-----

-----Segundo o artigo sétimo dos Estatutos da Águas do Ribatejo, EIM, o capital social é de cinco milhões quatrocentos e dez mil duzentos e vinte e nove euros, dividindo-se em cinco milhões quatrocentos e dez mil duzentos e vinte e nove acções no valor nominal de um euro cada uma, não sendo referido qual a participação do Município de Almeirim;-----

-----Por outro lado, o Contrato de Sociedade, na sua cláusula primeira, refere que o capital social da empresa é de cinco milhões quatrocentos e dez mil duzentos e vinte e nove euros, sendo a participação do Município de Almeirim de um milhão sessenta e um mil oitocentos e noventa e três euros;-----

-----O Estudo de Viabilidade Económica refere que o capital social *"aportado no primeiro ano de projecto corresponde a entradas em espécie por parte dos municípios"* e é de cinco milhões quatrocentos e dez milhares de euros, não sendo referida

a participação dos municípios;-----
-----O Relatório do Revisor Oficial de Contas refere que o capital social da sociedade é de cinco milhões quatrocentos e vinte e cinco mil trezentos e sete euros e catorze cêntimos, a realizar mediante a entrada de cinco milhões quatrocentos e dez mil duzentos e noventa e oito euros e quarenta e oito cêntimos em espécie e quinze mil e oito euros e sessenta e seis cêntimos em dinheiro. É referido que a participação do Município de Almeirim, no capital, é de um milhão e sessenta e um mil oitocentos e noventa e dois euros e oitenta e seis cêntimos.-----
-----Destes pressupostos, desconhece-se qual o verdadeiro valor do capital, qual a participação do Município de Almeirim, qual o valor nominal de cada acção e, havendo um accionista que realize uma entrada em dinheiro, quem é esse accionista. Sendo o capital diferente de cinco milhões quatrocentos e dez milhares de euros, torna-se importante a reformulação do estudo que aponta este valor como capital social inicial.-----
-----Sem o cabal esclarecimento destas incongruências, o PSD considera não existirem condições para a votação da presente proposta nesta sessão.-----
-----Um estudo a quarenta anos comporta alguns riscos no que toca às estimativas assumidas, dado o horizonte temporal previsto. Segundo o mesmo, a população do concelho de Almeirim cresce, numa tendência linear que vai diminuindo com o passar dos anos (logarítmica). Ora, sabendo o PSD que a população natural de Almeirim tem diminuído e o total da população tem aumentado devido aos fluxos migratórios que têm sido positivos para o concelho, fazem com que tenhamos que ter algum cuidado na análise dos números, pois a alteração demográfica terá consequências nos tarifários, como é realçado no estudo *"qualquer variação dos pressupostos descritos neste estudo implicará uma reavaliação do tarifário proposto numa óptica dinâmica, devendo existir mecanismos de reajuste de tarifário previamente definidos de forma a compensar alterações de variáveis não controláveis e dissociadas da gestão da empresa,*

por exemplo aumento ou diminuição de consumos e/ou consumidores."-----

-----Por outro lado, vemos com alguma preocupação o facto de a TIR ser de sete por cento e o *payback* do projecto ser de dezasseis anos (em dois mil e vinte e dois), o que poderá suscitar menos interesse, ou até mesmo afastamento, de alguns dos possíveis parceiros privados.-----

-----Existe incerteza no projecto no que concerne ao Fundo de Coesão que é um elemento essencial ao financiamento do projecto, cerca de quarenta e um por cento (trinta e nove milhões quatrocentos e vinte e dois milhares de euros).-----

-----A candidatura ao Fundo de Coesão para o abastecimento em alta/água ainda não foi apresentada, não estando garantida a sua obtenção. Por outro lado, a candidatura ao Fundo de Coesão para o saneamento está a ser reformulada, não estando também garantida a aprovação dessa reformulação.-----

-----É de referir que a não obtenção de qualquer um dos incentivos comunitários implica o falhanço deste projecto.-----

-----Por tudo o que foi referido, o Vereador do Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Almeirim vota contra a proposta para a constituição da Empresa Águas do Ribatejo - EIM.»-----

-----O Sr. Presidente fez a sua declaração de voto, do seguinte teor:-----

-----«Voto a favor porque o Estudo de Viabilidade Económica que hoje estamos a apreciar foi distribuído em vinte e sete de Julho de dois mil e sete, precisamente para que desse tempo aos Srs. vereadores para que, durante o período de férias, pudessem ter a disponibilidade necessária para fazerem uma reflexão e colocarem as questões que entendessem oportunas, aos autores desse Estudo.-----

-----O facto de estarmos a apreciar esta proposta em vinte de Agosto é bem prova do respeito pelas minorias que dificilmente encontramos em qualquer outra autarquia.-----

-----Voto a favor também porque este Estudo teve como base os pressupostos já contidos no Estudo a nove, apreciado no

executivo anterior e aprovado pelo executivo e Assembleia Municipal. Nessa altura foi feito o diagnóstico quer da situação de cada Município na área do saneamento quer no abastecimento público de águas, que serviu de base à reformulação que agora estamos a apreciar.-----

-----Devo dizer também que o peso do Município de Almeirim no contexto empresarial que se vai constituir é correspondente aos investimentos que se vão verificar no nosso Concelho e que são relativamente os de maior valor do conjunto. Não esqueçamos que esses investimentos só são possíveis com a constituição desta empresa.-----

-----No que toca às tarifas agora propostas, são as tarifas do Estudo anterior com a actualização dos valores, aplicando os coeficientes correspondentes à actualização desde o Estudo do mandato anterior que já referi, até ao momento actual.-----

-----Não me cabe na cabeça que a participação de um parceiro privado pudesse, de algum modo, beneficiar o tarifário que agora nos é proposto.-----

-----Quero referir Também que não é necessário o acordo parassocial numa situação de empresa intermunicipal.-----

-----Gostaria ainda de referir a situação que agora nos é apresentada que é, aliás, inovadora, de que os Municípios possuam sempre cinquenta e um por cento do capital social e só estar prevista em caso de necessidade, a alienação de quarenta e nove por cento do capital.-----

-----refiro ainda que esta proposta vem à apreciação do executivo e da Assembleia Municipal porque assenta num Despacho favorável do Senhor Ministro do Ambiente à reprogramação da candidatura, o que garante a exequibilidade dos investimentos propostos, com os benefícios conhecidos para o nosso Município.-

-----Por isso votei a favor da deliberação proposta no documento distribuído a toda a Vereação. No fundo, a autorização para o Município participar como accionista fundador da empresa e transferência de gestão e exploração integrada dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.»-----

-----O Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro declarou subscrever a declaração de voto do Sr. Presidente e acrescentou «em jeito de sugestão, embora compreenda pelo facto da CULT estar sediada em Santarém que nesta primeira fase a sede da empresa seja nesse Município, que espera tão rapidamente quanto possível a sede da empresa possa ser transferida para um dos sete Municípios que a compõem. Em segundo lugar, e se bem que votou favoravelmente, a primeira versão das Águas do Ribatejo a nove, onde existia um parceiro privado com quarenta e nove por cento do capital, é com gosto acrescido que voto esta constituição da empresa, uma vez que se trata de uma empresa intermunicipal 'pura'. Sou um defensor que certos serviços devem estar totalmente nas mãos públicas. Espero que não seja necessário à empresa alienar nenhuma parte do seu capital.»-----

-----VENDA DE TERRENO - Sob proposta do Sr. Presidente invocando as medições que mandou efectuar, a Câmara deliberou, por maioria, definir a área do prédio de sua propriedade, sito na Rua dos Aliados número cento e vinte e cinco (gaveto com a Avenida Dr. Mário Soares) em Almeirim, que estava inscrito na matriz urbana sob o Artigo 309 de Almeirim, com a actual área de duzentos e cinquenta e nove metros quadrados, constituindo a diferença entre esta e a medição anterior afectação ao domínio público municipal, por construção de rotunda.-----

-----Votou contra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha e fez a seguinte declaração: «Porque as mesmas peças que devem instruir o processo e que são citadas na informação interna distribuída para instruir o processo de regularização deviam também ser distribuídas a este órgão, nomeadamente as plantas de medição confirmando a redução da área do prédio. Relembro ainda que considero que as medições, neste caso, são particularmente importantes porque o projecto aprovado para este local pela Câmara, quanto a mim e tal como expressei em declaração de voto à época, é violador do RGEU e mau exemplo dado pela Câmara aos construtores, pois aqui pretende-se enfiar o Rossio na Rua da

Betesga. Alguns metros a menos não farão senão agravar a situação.»-----

-----O Sr. Presidente declarou: «O projecto foi feito pelo Sr. Arqº Sampaio, técnico desta Câmara em quem eu reitero toda a minha confiança e considero incapaz de ter feito um projecto sem respeito pelo RGEU. Mais louvo a qualidade de projectista que consegue meter o Rossio na Rua da Betesga.»-----

-----O Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro subscreveu esta declaração.-----

-----**1 -OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O executivo tomou conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em projectos de arquitectura, respeitantes aos processos de obras a seguir indicados:-----

-----Álvaro Ferreira Oliveira - duzentos e vinte e quatro de dois mil e cinco; Francisco Manuel Maurício do Rosário - cento e setenta; e José Maria Fróis e outro - cento e setenta e três, ambos de dois mil e sete.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O executivo tomou conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em sede de projectos de globais, referentes aos processos de obras a seguir mencionados:-----

-----José Manuel da Silva Fidalgo - cento e vinte e um; e João Coelho Pombas - cento e cinquenta e sete, ambos de dois mil e sete.-----

-----LOTEAMENTO URBANO - Foi presente o processo número quatro de dois mil e seis, de Batista & Gil, Ldª, respeitante a uma operação de loteamento com obras de urbanização para constituição de um lote destinado a oito moradias unifamiliares no seu terreno, à Rua Projectada à Rua Marechal Craveiro Lopes, em Fazendas de Almeirim. O requerente propos a cedência de

terreno de dois mil metros quadrados, destinada à implantação de espaços verdes e de utilização colectiva e o consultor jurídico informou que nada obsta a que seja efectuada a aludida cedência, todavia a mesma abrange dois processos de loteamento e se a mesma for efectuada no âmbito do presente processo, não é possível efectuar compensações futuras, caso haja excesso de área cedida neste processo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha solicitou que o Sr. Presidente lesse em voz alta o parecer do Dr. Victor Batista, pois não percebe a letra e acrescentou que já pediu muitas vezes para que o jurista passe à máquina os seus pareceres, já que a avença é suficientemente elevada para apresentar em letra de máquina os seus pareceres.-----

-----O Sr. Presidente procedeu à leitura e à explicação, pelo que a Câmara deliberou por unanimidade que, com respeito a este processo, o requerente efectue a cedência da área que ao mesmo corresponde, sendo o outro loteamento e respectiva cedência apreciados em devido tempo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que vota favoravelmente fazendo fé no parecer manuscrito do Dr. Victor Batista.-----

-----Às dezassete horas e quarenta minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição